

AS GREVES DO CPERS NO ANO DE 1979 A 1991 NO JORNAL CORREIO DO SUL

Pâmela Soares Jardim¹

Diênifer Ales Ramos da Rosa²

Amanda Lemos Cougo³

Alessandro Carvalho Bica⁴

Resumo:

O final da década de 1970 representou o período da distensão política do regime militar, paulatinamente começam a ocorrer uma série de movimentos de contestação da ordem política autoritária vivenciada pelos trabalhadores em educação iniciado com ascensão dos militares ao poder em 1964. Neste sentido, iniciam-se os processos de mobilização grevistas de várias categorias rurais e urbanas. Entre as várias ações grevistas no Estado do Rio Grande do Sul destacam-se o movimento de greve do magistério público estadual do Rio Grande do Sul a partir de 1979, decisão que se repetiria em anos posteriores, representando assim milhões de jornadas de trabalho perdidas (número de trabalhadores multiplicado pelo número de horas não trabalhadas). Logo, pretendemos com este trabalho mapear e analisar as notícias apresentadas pelo jornal Correio do Sul do município de Bagé no período pesquisado. O processo metodológico deste trabalho baseia-se no mapeamento dos discursos encontrados no jornal Correio do Sul do município de Bagé entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Este acervo está disponível para consulta no Arquivo Público Municipal de Bagé.

Palavras-chave: Greve Docente, CPERS, Jornal Correio do Sul

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

AS GREVES DO CPERS NO ANO DE 1979 A 1991 NO JORNAL CORREIO DO SUL

¹ Aluno de graduação. psoaresjardim@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. ardienifer@gmail.com. Co-autor

³ Aluno de Graduação. amandalemoscougo@gmail.com. Co-autor

⁴ Docente. alessandrobica@unipampa.edu.br. Orientador

AS GREVES DO CPERS NO ANO DE 1979 A 1991 NO JORNAL CORREIO DO SUL

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa: Os sentidos pedagógicos e políticos das greves do CPERS/Sindicato entre as décadas de 1980 e 1990 no jornal Correio do Sul do município de Bagé/RS que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Educação e Narrativas (GEEHN) da Unipampa. Este trabalho tem por objetivo compreender e analisar os processos políticos e pedagógicos desencadeados pelas greves dos professores estaduais entre os anos de 1979 a 1991 no Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, o princípio metodológico deste trabalho usou como perspectiva de inquérito, os princípios norteadores da análise documental das fontes encontradas no jornal Correio do Sul, onde foi possível perceber a divergências de opiniões diante das greves dos professores ao longo dos anos analisados.

O ano de 1970 foi marcado pela distensão política do regime militar, no qual aos poucos se obteve processos de oposição da ordem política autoritária que foi vivenciada por trabalhadores em educação iniciado com a elevação dos militares ao poder em 1964. Com isto, se iniciou o movimento grevista de várias categorias rurais e urbanas. Dentre estas ações grevistas que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, se destacou o movimento de greves do magistério público estadual do Rio Grande do Sul, no qual definiram paralisações grevistas a partir de 1979 e assim repetindo-se por anos posteriores.

Logo, pretendemos com este trabalho mapear e analisar as notícias apresentadas pelo Jornal Correio do Sul no município de Bagé no período pesquisado. A partir de 1979, ano no qual se inicia o recorte temporal desta pesquisa, destacou-se as lutas dos professores perante as greves realizadas neste ano. A desvalorização da classe trabalhista foi o fator marcado durante este ano.

2 METODOLOGIA

O processo metodológico deste trabalho baseia-se no mapeamento e análise dos discursos encontrados no jornal Correio do Sul do município de Bagé no período de 1979 a 1996. Este acervo está disponível para consulta no Arquivo Público Municipal de Bagé. O uso desta fonte nesta pesquisa tem como objetivo construir narrativas históricas do período da Redemocratização Brasileira e dos processos desencadeados pelas greves estaduais docentes. Sendo assim, nossas análises baseiam-se pelo prisma da metodologia da análise documental (Corsetti, 2006; Pimentel, 2001.), constituindo um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não escrito dos documentos.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Durante as pesquisas realizadas, foi possível notar que a luta do magistério estadual gaúcho cresceu entre os anos de 1979 a 1991, ocorrendo assim uma aderência aos movimentos grevistas dos professores durante este período, sendo que em 09 greves estaduais somaram-se um total de 376 dias de paralizações. Para que isso ocorresse, os professores contaram com a ajuda da sociedade gaúcha e das comunidades escolares. Durante este período, um dos principais objetivos que os professores teriam para lutar era o reajuste salarial.

Ao analisar as notícias encontradas no Jornal Correio do Sul, foi possível perceber a grande diferença de número de notícias nas quais eram relacionadas às greves dos professores no Rio Grande do Sul dentre os anos de 1979 – 1991, como apresenta a tabela abaixo, na qual mostra o número de notícias em cada um dos anos pesquisados.

Tabela 1 - Número de notícias no Jornal Correio do Sul

ANO	Nº DE NOTÍCIAS
1979	10
1980	30
1981	20
1982	13
1983	12
1984	18
1987	77
1989	22
TOTAL:	202

Fonte: Jornal Correio do Sul

A greve de 1979 foi conhecida por gerar a maior adesão grevista da categoria em todo o estado. No momento em que se preparou esta Assembleia em abril de 1979, não se imaginava que teria um número tão grande, pois entre os dirigentes existia um misto de confiança para resolver o problema sem greve, porém também teriam a certeza de que era necessário seguir firme, caso necessário. Era natural notar certo receio por determinada ação que se aproximava, porém em abril de 1979 foi quando se decretou a primeira greve da educação por tempo indeterminado no Rio Grande do Sul, após o ano de 1964.

No mês de abril o jornal Correio do Sul publicou uma matéria sobre a contraproposta do governo, que estava sendo analisada pelos professores:

Alguns professores afirmam que o governo quer dividir o magistério por conta das greves. (Jornal Correio do Sul, 08/04/1979, p. 3).

Esta greve gerou total separação na relação da categoria com o governo e ganhou grande espaço em discursos ocorridos diariamente na tribuna entre deputados estaduais. É importante percebermos que em março deste mesmo ano, o jornal Correio do Sul publicou uma matéria sobre a valorização do professor e do ensino, onde deixa claro que os professores não podem continuar com os atuais salários e que devem ser mais valorizados, tanto politicamente, quanto na sociedade em que vivemos.

Após dezoito meses, na greve de 80 era possível perceber uma extensão de politização e das atitudes dos grevistas e as ações geradas por eles. Os professores públicos de 1º e 2º grau já se integravam em uma categoria profissional consolidada, perfazendo assim um grande número, chegando a ser um milhão de membros. Neste mesmo ano, o jornal Correio do Sul publica uma matéria no qual o ex-governador Leonel Brizola se mostrou a favor destas greves.

Ao lamentar a forma como o Governo vem se conduzindo em relação aos movimentos reivindicatórios, o ex-governador Leonel Brizola frisou: “o direito de greve é parte integrante do processo democrático”. Salientou que “estes movimentos não se solucionam com a polícia, com prisões e a base de leis autoritárias, e sim com a

negociação, o diálogo e a mediação, que é a função do poder público”. (Jornal Correio do Sul, 14/02/1980, p. 6).

Com o grave momento de crise econômico nacional, as greves dos professores neste período não obtiveram, dos governos estaduais e municipais, uma política salarial que se fizesse justa ao seu exercício profissional. Neste mesmo mês o jornal Correio do Sul publica uma matéria acerca dos professores do estado não receberem o 13º salário.

Até hoje os professores estaduais não receberam o 13º salário, embora a legislação trabalhista estabeleça o dia 20 de dezembro como prazo final improrrogável para o pagamento. Segundo a Secretaria Municipal da Fazenda, os 60 dias transcorridos desde que se esgotou o prazo legal foram insuficientes para reunir o dinheiro necessário. O secretário Paulo Appel culpa o Estado e a União pelo atraso do retorno do IMC, da Taxa Rodoviária Única e da verba do Fundo Rodoviário Nacional, num total de 213 milhões de cruzeiros. (Jornal Correio do Sul, 22/02/1980, p.1).

Apesar do número de grevistas cair do ano de 1979, que obtinha um total de 13 milhões para o ano de 1980 chegando a um total de 7 milhões, o movimento sindical avançava na organização e criava estruturas de caráter nacional, e assim estabelecendo o crescimento da mobilização do ano anterior.

Com isso, após 12 dias de paralisação é que se admitiu dialogar com o comando, garantindo assim a conquista do vencimento básico equivalente a 2,5 salários mínimos a vigorar em 1982, iniciando assim um período no qual o Magistério buscou conquistar um parâmetro definitivo para a questão salarial. Conseguindo assim conquistar sua mais antiga reivindicação: a aposentadoria aos 25 anos de serviço, ocorrido entre 1981 e 1984.

Contudo, no ano de 1987 é ocorrida a maior greve do magistério estadual gaúcho neste período – tendo uma duração de 96 dias. Sendo assim, pôde-se notar um número maior de notícias no jornal Correio do Sul, obtendo um total de 77 notícias. A participação chegou a 40 mil pessoas representativas dos mais diversos setores da sociedade gaúcha que se integraram à manifestação do magistério. Com isto, o jornal Correio do Sul publicou uma notícia no dia 11 de abril de 1987, no qual comunica oficialmente a greve do magistério estadual.

Reunidos em assembleia geral, no Gigantinho, 15 mil professores da rede estadual de ensino decidiram entrar em greve, por tempo indeterminado, contrariados que estão com a proposta oferecida pelo governo Pedro Simon. O magistério também votou outras propostas, entre as quais, está a de não recuperar as aulas no fim do ano, não importando por quanto tempo a categoria ficar parada. (Jornal Correio do Sul, 11/04/1987, p. 1).

Porém, é possível notar que o Jornal não levou até o final as notícias que se tratavam acerca da greve dos professores, deixou como uma “lacuna vazia” onde cada pessoa pudesse preencher. E após 96 dias de lutas, a categoria conquistou a garantia do Plano de Carreira, sem discriminação aos aposentados e garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal (na qual já previa estabilidade para esses professores).

Entretanto, ao fazer uma observação desta greve, podemos perceber que apesar de mostrarem que a categoria saiu vitoriosa, o movimento sofreu uma grande derrota pelo fato de que não houve um acordo para que pusesse um fim à greve, no qual se agravou a situação quanto à reposição dos dias parados.

É importante notar que durante o período de 1985 a 1989 o CPERS direcionou seu interesse para a elaboração de propostas nas quais custeassem o debate educacional para as Constituições Federal e Estadual, bem como para a discussão em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases. Já em 1990 o número de dias que a categoria se mantém paralisada aumenta para 58 dias de greve, na qual reivindicava os mesmos direitos: aumento salarial de 105,42% e o compromisso de não enviar projeto de política salarial à Assembleia Legislativa sem prévia discussão da categoria. Porém, mesmo com esta sendo uma das maiores greves do CPERS, é importantíssimo destacar que neste ano o Jornal Correio do Sul não publicou nenhuma notícia que tratasse sobre a greve ou que esta pudesse aparecer, fazendo assim mais uma vez que fosse uma greve “apagada”.

Já em 1991, foi ocorrida a segunda maior greve dos professores, totalizando 74 dias paralisados em um movimento que segundo Dresch (1994, p.45) as “negociações fracassaram e os professores foram obrigados a voltar ao trabalho com um calendário de recuperação de aulas imposto pelo governo, sem qualquer política salarial, sem novos reajustes” e ainda sofrendo ofensivas autoritárias do Governo do Estado. Porém, como a greve de 1990, essa foi mais uma greve “apagada” do Jornal Correio do Sul, pelo fato de que não foi encontrada publicações sobre esta greve.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas lutas foram fatos importantes para os professores, sociedade e também para que o governo pudesse perceber o quão importante e desvalorizado o professor tem sido. Diante dos números concebidos na tabela 2, onde vemos o gasto do governo com a educação, é que vemos que a partir do ano de 1983, estes gastos foram decaindo, o que nos faz questionar: Por que estes gastos diminuíram se a educação ainda precisa de melhoria? Esta questão é um dos fatos no qual podemos perceber a desvalorização com o professor e também com a educação.

Analisando as notícias no Jornal Correio do Sul, foi possível perceber o quanto sua opinião diante das greves foi mudando, porém, porque isso ocorria? Seria por razões políticas? Por motivo de medo da exposição da verdadeira opinião? Essa é uma questão que deixo aqui em aberto, para que possamos refletir acerca disso.

Atualmente também vemos o quanto estas lutas são importantes e é possível ver lutas diárias de professores e também de estudantes para que a educação seja mais valorizada e mais importante na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Monografias, Dissertações e Teses

DRESCH, M. O discurso do CPERS-Sindicato: Uma abordagem discursiva. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

PIMENTEL, Alessandra. O Uso da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, nov./ 2001

Periódicos técnico-científicos

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: Uma Abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de PósGraduação em Educação da Unisinos. UNIrevista - Vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006).

Livros

BULHÕES, M. G.; ABREU, M. A luta dos professores gaúchos – 1979/1991. Porto Alegre: L&MP Editores S/A, 1992.